

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.496 - MA (2017/0309429-3)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADO : JOSÉ MANUEL DE MACEDO COSTA FILHO E OUTRO(S) - MA005715
RECORRENTE : FLAVIA VASQUES BOUERES HELAL (REC. ADESIVO)
ADVOGADO : JOSE ANTONIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA E OUTRO(S) - MA002132
RECORRIDO : OS MESMOS

EMENTA

RECURSO ESPECIAL ADESIVO. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL PRINCIPAL. ART. 997, § 2º, III, DO CPC/2015. PREJUDICADO O RECURSO ADESIVO. SUBORDINAÇÃO AO RECURSO INDEPENDENTE.

- 1. Nos termos do art. 997, § 2º, III, do CPC/2015, "o recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente".*
- 2. Recurso especial adesivo não conhecido.*

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial adesivo de FLÁVIA VASQUES BOUERES, fundado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão assim ementado:

"CIVIL. CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. PLANO DE SAÚDE. RECUSA INJUSTIFICADA DE REEMBOLSO DAS DESPESAS PAGAS PELO CONSUMIDOR. TRATAMENTO DE CÂNCER. ATENDIMENTO POR EQUIPE MÉDICA NÃO CONVENIADA. RECUSA INJUSTIFICADA. NÃO COMPROVAÇÃO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. REEMBOLSO DAS DESPESAS. VALOR INTEGRAL.

- 1. Estando configurada a situação de urgência/emergência do consumidor, é cabível a condenação ao reembolso das despesas, mesmo que de profissionais não conveniados, sendo o reembolso integral.*
- 2. Tendo o consumidor se dirigido a um hospital não conveniado, sem comunicar previamente a existência da*

Superior Tribunal de Justiça

doença à operadora de saúde, não há falar em negativa de atendimento, ato ilícito, tampouco em reparação por danos morais.

3. Apelo conhecido e parcialmente provido para excluir os danos morais" (e-STJ fl. 317).

Opostos embargos de declaração por CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL, esses foram rejeitados (e-STJ fl. 375).

Recurso especial de CAIXA DE ASSISTÊNCIA às e-STJ fls. 387/408.

Em sede de recurso especial adesivo, FLÁVIA VASQUES BOUERES tece considerações acerca da ocorrência de dano moral na espécie em razão da conduta da recorrida.

Contrarrazões às e-STJ fls. 503/517.

Dei provimento ao agravo de FLÁVIA para determinar a sua autuação como recurso especial (e-STJ fls. 581/582).

Os autos retornaram-me conclusos para julgamento (cf. e-STJ fl. 591).

É o relatório.

Passo a decidir.

O não conhecimento do recurso especial de CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL torna prejudicado o recurso adesivo de FLÁVIA, nos termos do art. 997, § 2º, III, do CPC/2015.

Com efeito, trata-se de recurso cujo conhecimento está adstrito ao recurso principal. A propósito:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO PRINCIPAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. RECURSO ADESIVO. PREJUDICIALIDADE. ART. 997, § 2º, III, DO CPC/2015. HONORÁRIOS RECURSAIS. FIXAÇÃO.

1. "O recurso adesivo está subordinado ao recurso principal, assim, negado seguimento ao recurso especial principal, decisão da qual não se recorreu, inadmissível a pretensão de se determinar o prosseguimento do recurso especial adesivo independentemente do recurso especial principal" (AgRg no Ag 1.367.835/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/04/2011, DJe 18/04/2011).

2. Uma vez publicado o acórdão recorrido sob a égide do

Superior Tribunal de Justiça

CPC/2015, tem incidência o Enunciado Administrativo nº 7/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016. Assim, cabível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais previstos no art.

85, § 11, segundo o qual "O tribunal, ao julgar o recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento".

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1128144/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 18/05/2018, grifei)

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. RECURSO ADESIVO. PREJUDICIALIDADE.

1. O não conhecimento do Recurso Especial do INSS torna prejudicado o recurso adesivo do particular, nos termos do art. 997, § 2º, III, do CPC/2015. Trata-se de recurso cujo conhecimento está totalmente adstrito ao recurso principal: "o recurso adesivo fica subordinado ao recurso principal".

2. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1658843/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017, grifei).

Ante o exposto, com base no art. 997, § 2.º, III, c/c art. 932, incisos III, do Código de Processo Civil/2015, não conheço do recurso especial adesivo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator